Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Relatório e Contas 2020

aquafundalia

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO 3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 14

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 19

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 45

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de fevereiro de 2011, com o Município do Fundão e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

Plano de Investimentos Executado

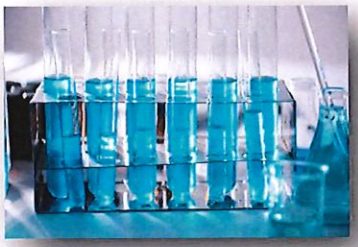
Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na atividade corrente da Aquafundalia, o investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2020, foi de 101.116,65 Euros, tendo a sua execução atingido no final do ano de 2020 o montante acumulado de 4.092.036,43 Euros, o que significa uma percentagem de realização de 79,74%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia no final de dezembro de 2020, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

		2020
Investimentos obrigatórios	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Vale de Prazeres	43 062,49
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Monte Leal	24 602,71
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Quintas da Torre	21 197,21
	Benfeitorias das instalações elétricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão	45 525,23
	Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112 538,87
	Remodelação do coletor de Ribeira de Silvares	60 399,24
	Construção rede de abastecimento Quinta da Areeira	19 049,34
	Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	118 356,46
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos	220 362,68
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	297 912,43
	Alteração Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	39 210,66
	Reabilitação e Melhoria das Instalações para Abastecimento de Água para Consumo Público	247 782,67
	Sub-total	**1 249 999,99**
Investimentos Município Fundão	Requalificação do Largo Alfredo da Cunha e Largo da Igreja Matriz	7 696,50
	Projeto de Requalificação da Rua da Cale	15 326,98
	Execução de Infraestruturas na Zona Histórica do Fundão	90 379,78
	Requalificação da Variante das Tílias	37 148,76
	Requalificação da Rua da Cale (2ª Fase Praça Velha)	71 913,84
	Requalificação da Rua Jornal do Fundão e Rua 25 de Abril	23 104,50
	Remodelação das Infraestrutura de Água, Saneamento e Pluviais na Av. Da Liberdade	126 828,06
	Rua João Franco / Jardim Tílias / 5º Outubro	77 741,53
	Rua da Misericórdia e Germano da Cunha	139 965,83
	Rua da Misericórdia e Agostinho Fevereiro	29 577,03
	Projeto de Requalificação da Rua Dr. João Pinto, Rua José Germano da Cunha, Largo do Eiró, Rua da Quintã, Largo de Santo António e Rua de Santo António	130 317,19
	Sub-total	**750 000,01**
Outros investimentos	Telegestão e telemetria	313 183,61
	Sectorização da rede de abastecimento de água	161 708,85
	Plano de minimização de perdas de água	40 000,00
	Inspeção e reparação de coletores	228 622,85
	Reabilitação do parque contadores	654 951,95
	Gestão de clientes e marketing	361 289,17
	Aplicação de *software* de gestão para abastecimento e saneamento	248 981,00
	Formação e motivação de colaboradores	17 299,00
	Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente	33 000,00
	Implementação de um sistema da higiene, segurança e saúde no trabalho	33 000,00
	Sub-total	**2 092 036,43**
	Total	**4 092 036,43**

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2020. Este programa foi aprovado em 20 de dezembro de 2019 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano de 2020, num total de 3.438 análises previstas no PCQA foram registados 27 incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprado no ano foi 1.542.484 metros cúbicos e o de água captada foi 279.429 metros cúbicos, tendo diminuído 0,03% e 4,51%, respetivamente, em relação a 2019.

O rendimento hidráulico em 2020 do sistema de abastecimento do Fundão foi de 68,18%, sendo superior em 0,41 pontos percentuais em relação ao ano de 2019 (67,77 %).

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado foi 1.134.461 metros cúbicos, tendo aumentado 0,74% em relação a 2019. O maior volume de faturação provém dos utilizadores com tarifário doméstico geral seguido dos utilizadores com tarifário não-doméstico geral (comércio e indústria).

Interrupções no fornecimento

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 134 avarias em condutas, 20 das quais com interrupção no abastecimento, devido a vários motivos que vão desde a reparação de condutas, alteração de local de contador, interrupção a pedido dos utilizadores para obras na rede predial interna, substituição de válvulas, etc. Ocorreram 2 interrupções no fornecimento de água com duração superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Do estudo realizado em 2020 ao parque de contadores existentes, resultou uma campanha de substituição de 1.079 contadores por subcontagem. No mesmo período foram efetuadas 842 novas ligações (altas) e 644 interrupções no abastecimento (baixas) além de outras substituições de contadores devido a vários motivos.

Intervenções na rede de água potável

No ano de 2020 o número de intervenções realizadas na rede de abastecimento foi de 283, devido à ocorrência de roturas em condutas (127 intervenções) e ramais (156 intervenções). No que respeita à instalação de ramais, foram construídos 39 novos ramais de água.

Melhorias efetuadas nos sistemas de abastecimento

Foram feitas reparações em vedações, portas e respiradores de modo a melhorar as condições de acesso e segurança no Reservatório de Freixial; Reservatório de Pesinho e Reservatório de Lavacolhos.

Em 2020 também foram realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente dos reservatórios e captações.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2020 o volume total estimado de água residual que entrou nas ETAR foi 39.065 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

Durante o ano de 2020, o número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais foi de 197 e foram construídos 23 ramais de saneamento.

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 1.900 metros da rede de saneamento. Foram também efetuadas 37 limpezas de fossa em que foram recolhidos 331,5 metros cúbicos de água residual.

Melhorias na rede de saneamento

Em 2020 foi instalado um novo separador de gorduras na ETAR Zebras Norte e foram realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente nas ETAR de Bogas de Baixo, São Martinho, Maxial, Boxinos, Alqueidão, Freixial, Castelo Novo, Zebras Norte, Zebras Sul, Monte da Touca e Mata de Rainha.

Consumos energéticos e de reagentes

Tendo em conta a necessidade de tratamento da água bruta, foram consumidos 7.175 kg de hipoclorito de sódio, 1.025 kg de carbonato de sódio e 150 kg de soda cáustica no tratamento da água para abastecimento público.

Durante 2020 foram consumidos um total de 79.762 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 43.070 kWh em todas as instalações de águas residuais.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aquafundalia tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação passou a ser, em 2020, a norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2020 de 22 pessoas (o mesmo número que em 2019).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquafundalia no ano de 2020, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.912 milhares de Euros (3.811 milhares de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 101 milhares de Euros originados pela aplicação da NCRF 19), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados em cerca de 2,90%, de 3.704.045,25 Euros em 2019 para 3.811.344,80 Euros em 2020, tendo a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19, diminuído a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 1,31% (de 102.456,75 Euros em 2019 para 101.116,65 Euros em 2020).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2020 de 3.844.690,17 Euros o qual comparado com o do período anterior, que foi de 3.799.805,96 Euros, representa um acréscimo de 1,18%. Este valor exclui o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.512.033,92 Euros, representando cerca de 39,33% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.442.990,16 Euros, representando então cerca de 37,98% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi um aumento de 4,78%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção) registou 1.278.225,33 Euros, representando cerca de 33,25% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.178.549,18 Euros, representando então cerca de 31,02% do total dos gastos do período.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica de subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção), na parte respeitante à execução do Plano de Investimentos no ano de 2020, contribuindo para 2,63% dos gastos totais, o equivalente a 101.116,65 Euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 398.436,95 Euros, representando cerca de 10,36% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 408.619,84 Euros, representando então cerca de 10,75% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi uma diminuição de 2,49%.

A Aquafundalia registou em 2020 perdas por imparidade de dívidas a receber no montante 586,09 Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2020, o montante de 22.282,42 Euros (0,58% do total dos gastos do período), tendo registado em 2019 o montante de 138.132,15 Euros (3,64% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou cerca de 286.341,74 Euros, para o período em análise, face a 283.082,33 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 7,45% e 7,45%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquafundalia registou no ano de 2020 o montante de 40.725,76 Euros (equivalente a 1,06% do total dos gastos do período), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 26,35%, quando a mesma rubrica registava 55.295,25 Euros (equivalente a 1,46% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi em 2020 de 3.943.048,71 Euros, o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.839.276,83 Euros, representa um acréscimo de 2,70%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2020 o montante de 3.912.461,45 Euros, que comparado com o período anterior, revela um acréscimo de 2,78% face ao valor de 3.806.502,00 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2020 com 101.116,65 Euros, face ao valor de 102.456,75 Euros apresentado no período anterior.

A Aquafundalia registou em 2019 um ganho com reversão de imparidades de dívidas a receber no montante de 3.534,93 Euros.

A rubrica de outros rendimentos regista em 2020 o valor de 30.587,26 Euros. A mesma rubrica registava em 2019 o valor de 29.239,90 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 104.825,34 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado positivo no montante de 27.226,34 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta no final do período de 2020 uma recuperação de aproximadamente 104 mil Euros, expurgando o impacto do Subsidio do POSEUR.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 510.000 Euros para 3.800.000 Euros, sendo o aumento, de 3.290.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e vinte e nove mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Aquafundalia continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 425.426,04 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um acréscimo de 12,59%, comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2020 em 139.084,30 Euros.

	Ano 2020	Ano 2019
Rentabilidade do ativo total	1,55%	0,43%
Rentabilidade dos capitais próprios	2,41%	2,79%
Rentabilidade das vendas	2,68%	0,72%
EBITDA	425 426,04 €	377 848,45 €
EBIT	139 084,30 €	94 766,12 €

Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 6.390.116,84 Euros em 2019 para 6.757.267,72 Euros em 2020.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 974.836,16 Euros em 2019 para 4.348.182,67 Euros em 2020, tendo desta forma incrementado a sua importância na estrutura de capitais, passando de 15,26% para 64,35%, em linha com a diminuição do valor do passivo, de 5.415.280,68 Euros em 2019 para 2.409.085,05 Euros em 2020.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 510.000 Euros para 3.800.000 Euros, sendo o aumento, de 3.290.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e vinte e nove mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2020, em termos percentuais, uma melhoria dos mesmos face ao ano de 2019:

	Ano 2020	Ano 2019
Capitais próprios	4 348 182,67 €	974 836,16 €
Passivo total	2 409 085,05 €	5 415 280,68 €
Passivo corrente	816 464,04 €	2 211 484,33 €
Ativo total	6 757 267,72 €	6 390 116,84 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	64,35%	15,26%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	180,49%	18,00%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	35,65%	84,74%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	33,89%	40,84%

CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demostrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector "não-doméstico" (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo "doméstico" (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquafundalia é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demostrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demostrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demostrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia encontra-se mandatado para o triénio 2020-2022.

A Administração da Aquafundalia está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquafundalia encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado do período, que ascendeu a 104.825,34 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 5.241,27 Euros

Para Outras Reservas: 99.584,07 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, a 31 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Guillermo Moya García-Renedo

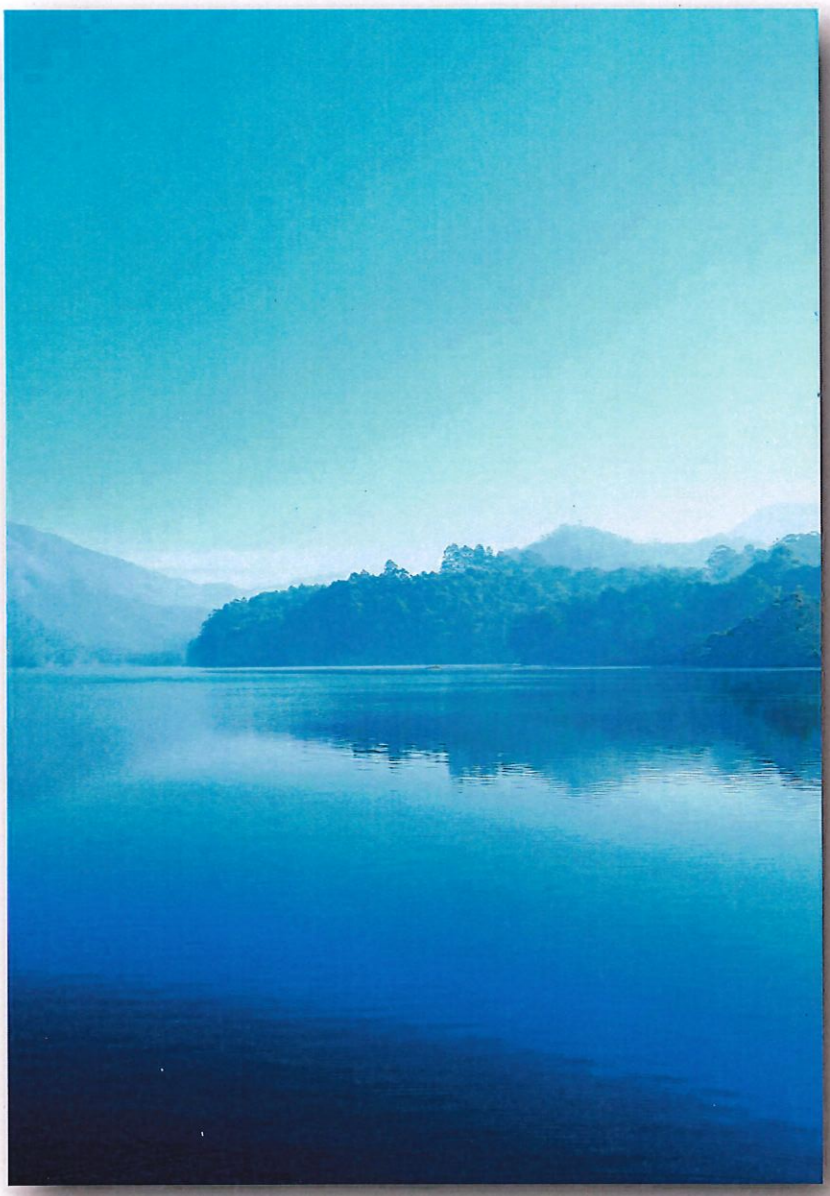
Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Artur António Baptista Vidal

Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	64 031,91	32 757,90
Ativos intangíveis	6	5 050 460,61	5 326 635,48
Outros activos financeiros		32,40	0,00
Ativos por impostos diferidos	7	183 575,25	171 106,29
subtotal		**5 298 100,17**	**5 530 499,67**
Ativo corrente			
Inventários	16	0,00	46 293,93
Clientes	9	669 220,84	534 139,07
Adiantamentos a fornecedores	12	5 323,40	0,00
Estado e outros entes públicos	8	33 020,19	50 586,85
Outros créditos a receber	9	137 595,06	148 134,39
Diferimentos	10	7 726,52	8 625,17
Caixa e depósitos bancários	4	606 281,54	71 837,76
subtotal		**1 459 167,55**	**859 617,17**
Total do ativo		**6 757 267,72**	**6 390 116,84**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	3 800 000,00	510 000,00
Reserva legal	14	28 535,49	27 174,17
Outras reservas	14	408 527,20	382 662,18
Outras variações no capital próprio	14	6 294,64	27 773,47
Resultado líquido do período	14	104 825,34	27 226,34
Total do capital próprio		**4 348 182,67**	**974 836,16**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6 ; 24	1 592 621,01	1 488 796,35
Outras dívidas a pagar	11 ; 12	0,00	1 715 000,00
subtotal		**1 592 621,01**	**3 203 796,35**
Passivo corrente			
Fornecedores	12	110 790,35	249 737,37
Adiantamentos de clientes	9	32 838,24	10 237,28
Estado e outros entes públicos	8	8 797,27	9 381,33
Financiamentos obtidos	13	0,00	31 250,00
Outras dívidas a pagar	12	664 038,18	1 910 878,35
subtotal		**816 464,04**	**2 211 484,33**
Total do passivo		**2 409 085,05**	**5 415 280,68**
Total do capital próprio e do passivo		**6 757 267,72**	**6 390 116,84**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

Tiago Manuel Santos

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	15	3 912 461,45	3 806 502,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(1 512 033,92)	(1 442 990,16)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 379 341,98)	(1 281 005,93)
Gastos com o pessoal	18	(398 436,95)	(408 619,84)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(586,09)	3 534,93
Provisões ((aumentos)/reduções)	6	(204 941,31)	(190 680,30)
Outros rendimentos	19	30 587,26	29 239,90
Outros gastos	20	(22 282,42)	(138 132,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**425 426,04**	**377 848,45**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(286 341,74)	(283 082,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**139 084,30**	**94 766,12**
Juros e gastos similares suportados	22	(40 725,76)	(55 295,25)
Resultado antes de impostos		**98 358,54**	**39 470,87**
Imposto sobre o rendimento do período	23	6 466,80	(12 244,53)
Resultado líquido do período		**104 825,34**	**27 226,34**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

Tiago Manuel Santos

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 706 759,56	4 162 995,62
Pagamentos a fornecedores		(2 611 714,76)	(3 076 572,56)
Pagamentos ao pessoal		(400 950,17)	(408 456,52)
Caixa gerada pelas operações		**694 094,63**	**677 966,54**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		16 373,99	(91 803,18)
Outros recebimentos/pagamentos		(26 242,50)	(79 367,30)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**684 226,12**	**506 796,06**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(35 865,08)	-
Ativos intangíveis		(41 289,75)	(91 953,25)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		6 844,74	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(70 310,09)**	**(91 953,25)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(31 250,00)	(375 000,00)
Juros e gastos similares		(48 222,25)	(56 236,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(79 472,25)**	**(431 236,97)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**534 443,78**	**(16 394,16)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**71 837,76**	**88 231,92**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**606 281,54**	**71 837,76**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

Tiago Manuel Santos

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTAS	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		510 000,00	16 587,32	181 512,09	44 017,93	211 736,94	963 854,28
Aplicação do resultado do período anterior	14	0,00	10 586,85	201 150,09	0,00	(211 736,94)	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6 ; 14	0,00	0,00	0,00	(16 244,46)	0,00	(16 244,46)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**510 000,00**	**27 174,17**	**382 662,18**	**27 773,47**	**0,00**	**947 609,82**
Resultado líquido do período						27 226,34	27 226,34
Posição no fim do exercício		**510 000,00**	**27 174,17**	**382 662,18**	**27 773,47**	**27 226,34**	**974 836,16**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em euros

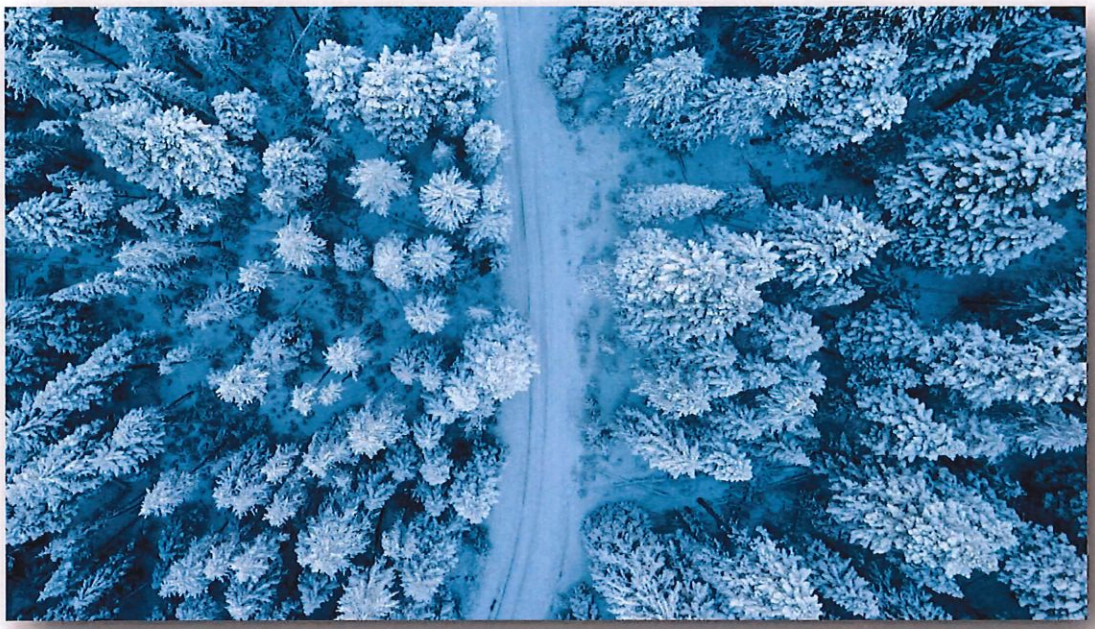
MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTAS	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		510 000,00	27 174,17	382 662,18	27 773,47	27 226,34	974 836,16
Aplicação do resultado do período anterior	14	0,00	1 361,32	25 865,02	0,00	(27 226,34)	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6 ; 14	0,00	0,00	0,00	(21 478,83)	0,00	(21 478,83)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**510 000,00**	**28 535,49**	**408 527,21**	**6 294,64**	**0,00**	**953 357,33**
Resultado líquido do período						104 825,34	104 825,34
Operações com detentores de capital no período:							
Outras Operações	14	3 290 000,00					3 290 000,00
Posição no fim do exercício		**3 800 000,00**	**28 535,49**	**408 527,21**	**6 294,64**	**104 825,34**	**4 348 182,67**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

Tiago Manuel Santos

O Conselho de Administração



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. ("Aquafundalia" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua dos Restauradores, Lote A/B, em Fundão, constituída a 17 de fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2011, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 27, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efetuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Util
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos

diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui o subsídio ao investimento obtido ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), líquido do efeito do imposto.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10. ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12. SUBSÍDIOS

Os subsídios de entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o mesmo venha a ser recebido e que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber, de acordo com a NCRF 22 – Subsídios e Outros Apoios de Entidade Públicas.

Os subsídios de entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio e, subsequentemente, são imputados na base sistemática como rendimento durante o período de vida útil dos ativos a que respeitam.

3.13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposto a Empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.15. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Registo de provisão relacionada com as diferenças de preço de compra de água (Nota 24);
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era:

	Ano 2020	Ano 2019
Caixa	1 750,00 €	2 667,25 €
Depósitos à ordem		
Eurobic	46 281,54 €	20 366,34 €
Caixa Geral de Depósitos	507 289,63 €	38 634,04 €
Novo Banco	50 960,37 €	10 170,13 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**606 281,54 €**	**71 837,76 €**

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	57 113,46 €	38 040,88 €	(2 633,24) €	92 521,10 €
Equipamento de transporte	7 695,57 €	3 400,00 €	0,00 €	11 095,57 €
Equipamento administrativo	19 356,53 €	0,00 €	0,00 €	19 356,53 €
Total	**84 165,56 €**	**41 440,88 €**	**(2 633,24) €**	**122 973,20 €**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2019**	**Aumentos (Nota 21)**	**Abates**	**Saldo em 31.12.2020**
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	26 496,27 €	8 868,37 €	(2 633,24) €	32 731,40 €
Equipamento de transporte	6 414,13 €	1 157,25 €	0,00 €	7 571,38 €
Equipamento administrativo	18 497,26 €	141,25 €	0,00 €	18 638,51 €
Total	**51 407,66 €**	**10 166,87 €**	**(2 633,24) €**	**58 941,29 €**
Saldo líquido	**32 757,90 €**	**31 274,01 €**	**0,00 €**	**64 031,91 €**

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	39 189,26 €	17 924,20 €	0,00 €	57 113,46 €
Equipamento de transporte	7 695,57 €	0,00 €	0,00 €	7 695,57 €
Equipamento administrativo	19 356,53 €	0,00 €	0,00 €	19 356,53 €
Total	**66 241,36 €**	**17 924,20 €**	**0,00 €**	**84 165,56 €**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2018**	**Aumentos (Nota 21)**	**Abates**	**Saldo em 31.12.2019**
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	20 501,20 €	5 995,07 €	0,00 €	26 496,27 €
Equipamento de transporte	5 642,99 €	771,14 €	0,00 €	6 414,13 €
Equipamento administrativo	18 356,01 €	141,25 €	0,00 €	18 497,26 €
Total	**44 500,20 €**	**6 907,46 €**	**0,00 €**	**51 407,66 €**
Saldo líquido	**21 741,16 €**	**11 016,74 €**	**0,00 €**	**32 757,90 €**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Transferencias	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764,28 €	0,00 €	0,00 €	84 764,28 €
em Firme - Plano de Investimento	7 132 039,00 €	0,00 €	0,00 €	7 132 039,00 €
Total	7 216 803,28 €	0,00 €	0,00 €	7 216 803,28 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2019**	**Aumentos (Nota 21)**	**Transferencias**	**Saldo em 31.12.2020**
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	47 091,27 €	28 254,76 €	0,00 €	75 346,03 €
em Firme	1 843 076,53 €	247 920,11 €	0,00 €	2 090 996,64 €
Total	1 890 167,80 €	276 174,87 €	0,00 €	2 166 342,67 €
Saldo líquido	5 326 635,48 €	(276 174,87) €	0,00 €	5 050 460,61 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Transferencias	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764,28 €	0,00 €	0,00 €	84 764,28 €
em Firme - Plano de Investimento	7 132 039,00 €	0,00 €	0,00 €	7 132 039,00 €
Total	7 216 803,28 €	0,00 €	0,00 €	7 216 803,28 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2018**	**Aumentos (Nota 21)**	**Transferencias**	**Saldo em 31.12.2019**
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	18 836,51 €	28 254,76 €	0,00 €	47 091,27 €
em Firme	1 595 156,42 €	247 920,11 €	0,00 €	1 843 076,53 €
Total	1 613 992,93 €	276 174,87 €	0,00 €	1 890 167,80 €
Saldo líquido	5 602 810,35 €	(276 174,87) €	0,00 €	5 326 635,48 €

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foi aprovada a candidatura apresentada pela Aquafundalia (POSEUR-03-2012-FC-000091) para subsídio ao investimento relativo à Elaboração do Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas em Baixa de Saneamento de Águas Residuais no Concelho do Fundão. Esta candidatura teve por base um investimento de cerca de 86 mil Euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 73 mil Euros. Em 2017, foi recebido o montante de 49.327,77 Euros, em 2018 foi recebido o montante de 13.101,29 Euros e em 2020 foi recebido o montante de 6.844,74 Euros.

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível, assim como um Subsídio ao Investimento no Capital Próprio (líquido do efeito fiscal), sendo o mesmo reconhecido anualmente de acordo com a vida útil dos ativos (Nota 19).

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (5.132.039,00 Euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estas provisões ascendem a 1.040.002,58 Euros e 1.141.119,23 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 2016 foi constituída uma provisão relativa à diferença de preço de compra de água entre o contrato existente entre o Município do Fundão e a Empresa e os valores estabelecidos pelo

Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio. Esta provisão é reforçada anualmente afim de cobrir a diferença de preços dos meses decorridos.

Conforme divulgado em maior detalhe na Nota 24, no ano de 2018, foi alcançado um acordo entre a Aquafundalia e o Município do Fundão referente ao diferendo existente para o período compreendido entre julho de 2015 e dezembro de 2017, para o qual a Empresa tinha uma provisão constituída no montante de 273.628,17 Euros, a qual foi totalmente utilizada em dezembro de 2018, com o acordo alcançado.

Em 31 de dezembro de 2019 a provisão em causa, no montante de 347.677,12 Euros, refere-se ao período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão em causa, no montante de 552.618,43 Euros, refere-se ao período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020.

Este passivo decorre de uma obrigação legal na sequência da aplicação da legislação em vigor, não sendo esperada pela Empresa nenhuma responsabilidade adicional para o período referido.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial - Concessão	1 141 119,23 €	1 243 575,98 €
Utilizações concessão (Nota 15 e 17)	(101 116,65) €	(102 456,75) €
Saldo final - Concessão (a)	1 040 002,58 €	1 141 119,23 €
Saldo inicial - Provisão Água	347 677,12 €	156 996,82 €
Aumentos	204 941,31 €	190 680,30 €
Saldo final - Provisão Água (b)	552 618,43 €	347 677,12 €
Saldo final (a) + (b)	**1 592 621,01 €**	**1 488 796,35 €**

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	**171 106,29 €**	**152 087,81 €**
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	12 468,96 €	19 018,48 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	**12 468,96 €**	**19 018,48 €**
Saldo final	**183 575,25 €**	**171 106,29 €**

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável (a qual não é aplicável ao Município do Fundão).

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 23)	(6 002,16) €	(31 263,01) €
Pagamentos por conta pagos (Nota 23)	26 988,00 €	74 625,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	12 034,35 €	7 224,86 €
Total	**33 020,19 €**	**50 586,85 €**
	Ano 2020	**Ano 2019**
Passivo		
Retenção de Impostos sobre o rendimento	1 954,00 €	1 993,00 €
Contribuições para a Segurança Social e CGA	6 843,27 €	7 388,33 €
Total	**8 797,27 €**	**9 381,33 €**

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Clientes		
Clientes C/C	722 481,56 €	586 813,70 €
Perdas por imparidade acumuladas	(53 260,72) €	(52 674,63) €
Total	**669 220,84 €**	**534 139,07 €**

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial	(52 674,63) €	(56 209,56) €
Reforço	(3 445,16) €	(20 957,47) €
Reversão	2 859,07 €	24 492,40 €
Saldo final	**(53 260,72) €**	**(52 674,63) €**
Variação Ano	**(586,09)**	**3 534,93**

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	117 068,85 €	120 763,44 €
Devedores e credores diversos		
Cauções	16 700,00 €	16 700,00 €
Subsídio POSEUR	3 826,21 €	10 670,95 €
Total	**137 595,06 €**	**148 134,39 €**

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2020.

A rubrica POSEUR diz respeito aos montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário (Nota 6).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Adiantamentos de clientes" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos de clientes	32 838,24 €	10 237,28 €
Total	**32 838,24 €**	**10 237,28 €**

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7 726,52 €	8 625,17 €
Total	**7 726,52 €**	**8 625,17 €**

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100,00 % da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa era diretamente detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2020			Ano 2019		
	Fornecedores (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	43 511,49 €	0,00 €	96 849,18 €	168 263,67 €	0,00 €	1 331 606,07 €
FCC Aqualia S.A.	621,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 715 000,00 €	7 949,45 €
AqualiaPortugal S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	5 198,23 €	0,00 €	0,00 €	5 782,46 €	0,00 €	0,00 €
Total	49 331,44 €	0,00 €	96 849,18 €	174 046,13 €	1 715 000,00 €	1 339 555,52 €

Em 31 de dezembro de 2019, a conta a pagar à FCC Aqualia, no montante de 1.715.000 Euros, refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%.

Em dezembro de 2020, o acionista deliberou efetuar a conversão de empréstimos concedidos à Empresa em capital social (Nota 14).

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSACÇÕES	Ano 2020			Ano 2019		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Gastos com o Pessoal (Nota 18)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	574 654,43 €	425,00 €	0,00 €	488 201,65 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	24 921,72 €	0,00 €	40 671,24 €	0,00 €	516,36 €	45 367,47 €
AqualiaPortugal S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	31 103,65 €	0,00 €	0,00 €	34 080,32 €	0,00 €	0,00 €
Total	630 679,80 €	425,00 €	40 671,24 €	522 281,97 €	516,36 €	45 367,47 €

Não existem saldos e transacções no período findo em 31 de dezembro de 2020 com a acionista AqualiaPortugal S.A.

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Fornecedores e outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	49 331,44 €	174 046,13 €
Fornecedores C/C	61 458,91 €	75 691,24 €
Total	**110 790,35 €**	**249 737,37 €**

	Ano 2020	Ano 2019
Passivo não corrente		
Outras dívidas a pagar		
Empréstimos concedidos		
FCC Aqualia, S.A. (Nota 11)	0,00 €	1 715 000,00 €
Sub Total Passivo não Corrente	**0,00 €**	**1 715 000,00 €**
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	48 685,11 €	51 165,93 €
Fornecedores de investimentos (Nota 11) - FCC Aqualia S.A.	96 849,18 €	1 331 606,07 €
Fornecedores de investimentos - Outros	11 750,00 €	17 924,20 €
Credores por acréscimos de gastos		
Partes relacionadas (Nota 11) - FCC Aqualia S.A.	0,00 €	516,36 €
Outros - juros BIC	0,00 €	63,40 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	504 926,43 €	497 453,95 €
Subsídio POSEUR	1 827,46 €	4 715,35 €
Partes relacionadas (Nota 11) - FCC Aqualia S.A.	0,00 €	7 433,09 €
Sub Total Passivo Corrente	**664 038,18 €**	**1 910 878,35 €**
Total	**664 038,18 €**	**3 625 878,35 €**

A rubrica "Subsídio POSEUR" inclui o efeito fiscal do subsídio (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outras dívidas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 96.849,18 Euros e 1.339.555,52 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Adiantamentos a fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos a fornecedores	5 323,40 €	0,00 €
Total	**5 323,40 €**	**0,00 €**

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Passivo corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários (CP)	0,00 €	31 250,00 €
Total	**0,00 €**	**31 250,00 €**

O valor constante da rubrica financiamentos obtidos em 2019, é referente a um empréstimo no montante de 1,5 milhões de Euros, obtido junto do Banco EuroBIC, tendo sido utilizados em 31 de Dezembro de 2014, 1.240.000 Euros. O empréstimo foi contraído em janeiro de 2014, por um período de 6 anos, iniciando-se o reembolso em fevereiro de 2016, através de 72 prestações mensais de 31.250 Euros cada. O financiamento vence juros mensais indexados à Euribor a 3 meses acrescida de uma taxa de 4,8%. A última prestação foi liquidada em janeiro de 2020.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 51.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital era detido a 100% pela FCC Aqualia S.A.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 510.000 Euros para 3.800.000 Euros, sendo o aumento, de 3.290.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e vinte e nove mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade (Nota 14)

Em 31 de dezembro de 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 380.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. Procedeu-se a um aumento de capital em dezembro de 2020 (Nota 14) no total de 3.290.000,00 Euros. A FCC Aqualia S.A. entregou as ações que detinha na Empresa para a sua subsidiária AqualiaPortugal S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital era detido a 100% pela AqualiaPortugal S.A

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui o subsídio ao investimento obtido ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), líquido do efeito fiscal. No exercício de 2020, foi reconhecido o montante de 21.478,83 Euros (líquido do efeito fiscal).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de maio de 2020, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 27.226,34 Euros, foi transferido para reserva legal o montante de 1.361,32 Euros e o remanescente no valor de 25.865,02 Euros para outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 211.736,94 Euros, foi transferido para reserva legal o montante de 10.586,85 Euros e o remanescente no valor de 201.150,09 Euros para outras reservas.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Vendas	3 712 689,53 €	3 500 632,46 €
Serviços prestados	98 655,27 €	203 412,79 €
Subcontratos (a)	101 116,65 €	102 456,75 €
Total	**3 912 461,45 €**	**3 806 502,00 €**

(a) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas (Nota 6).

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Matérias-primas		
Inventários iniciais	46 293,93 €	36 005,59 €
Compras	1 465 739,99 €	1 453 278,50 €
Inventários finais	0,00 €	46 293,93 €
Total	**1 512 033,92 €**	**1 442 990,16 €**

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Subcontratos (a)	101 116,65 €	102 456,75 €
Serviços especializados	888 339,65 €	769 846,94 €
Materiais	44 978,11 €	61 137,17 €
Energia e fluidos	79 170,79 €	84 629,38 €
Deslocações, estadas e transportes	23 079,03 €	22 987,50 €
Serviços diversos	242 657,75 €	239 948,19 €
Total	**1 379 341,98 €**	**1 281 005,93 €**

(a) Este montante inclui gastos relativos à construção, reparação e manutenção das infraestruturas relacionadas com a concessão (Nota 6).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 630.679,80 Euros e 522.281,97 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com serviços bancários foram contabilizadas na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" (Nota 20). Num total de 92.747,60 euros na rubrica de "Serviços Especializados".

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Remunerações	281 201,55 €	303 953,58 €
Encargos sociais	89 470,77 €	67 934,68 €
Seguros de acidentes de trabalho	3 157,98 €	5 897,81 €
Outros gastos com o pessoal	24 606,65 €	30 833,77 €
Total	**398 436,95 €**	**408 619,84 €**

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi nos exercícios findos em 2020 e 2019 de 22 pessoas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 425,00 (Nota 11).

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros rendimentos" é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Imputação de Subsídios - POSEUR (Nota 6)	24 366,72 €	24 366,72 €
Outros rendimentos	6 220,54 €	4 873,18 €
Total	**30 587,26 €**	**29 239,90 €**

A rubrica "Imputação de Subsídios – POSEUR" inclui o montante reconhecido como rendimento do exercício, do subsídio ao investimento, numa base sistemática, na demonstração financeira, de acordo com a vida útil dos ativos adquiridos através daquele subsídio (Nota 6).

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Impostos e taxas	16 424,43 €	18 098,61 €
Donativos	0,00 €	1 000,00 €
Quotizações	0,00 €	23,75 €
Multas e penalidades	0,00 €	111,41 €
Serviços bancários	0,00 €	101 133,91 €
Dívidas incobráveis (Nota 23)	2 859,07 €	15 751,17 €
Outros gastos	2 998,92 €	2 013,30 €
Total	**22 282,42 €**	**138 132,15 €**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Outros Gastos" inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 0,00 Euros e de 516,36 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com serviços bancários foram contabilizadas na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" (Nota 17). Num total de 92.747,60 euros na rubrica de "Serviços Especializados".

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	10 166,87 €	6 907,46 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	276 174,87 €	276 174,87 €
Total	**286 341,74 €**	**283 082,33 €**

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	40 725,76 €	55 295,25 €
Total	**40 725,76 €**	**55 295,25 €**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 40.671,24 Euros e 45.367,47 Euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 0%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21%.

Para o período de 2020, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;

- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;

- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2017 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Resultado antes de impostos	98 358,54 €	39 470,87 €
Amortização de investimentos reversiveis não aceites	181 253,45 €	181 253,45 €
Donativos	0,00 €	1 000,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0,00 €	111,41 €
Imparidade não aceite	2 583,87 €	15 718,10 €
Créditos incobráveis (Nota 20)	2 859,07 €	15 751,17 €
Beneficios Fiscais - RCCS	(140 000,00) €	0,00 €
Amortização de investimentos reversiveis aceites	(121 877,44) €	(90 689,26) €
Reversão imparidade (Nota 9)	(2 859,07) €	(24 492,40) €
Lucro tributável	**20 318,42 €**	**138 123,35 €**
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Materia colectável	**20 318,42 €**	**138 123,35 €**
Coleta	3 666,87 €	28 405,90 €
Derrama Municipal	0,00 €	0,00 €
Tributações autónomas	2 335,29 €	2 857,10 €
Imposto corrente do exercício	**6 002,16 €**	**31 263,01 €**
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	26 988,00 €	74 625,00 €
Total IRC a pagar/(recuperar)	**(20 985,84) €**	**(43 361,99) €**

Imposto corrente do exercício	**6 002,16 €**	**31 263,01 €**
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(12 468,96) €	(19 018,48) €
Total Imposto sobre o rendimento do período	**(6 466,80) €**	**12 244,53 €**

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2.000.000,00 Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140.000 Euros em 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 700.000,00 Euros.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Diferença de preços na compra de água

Entre a Empresa e o Munício do Fundão tem vindo a existir uma divergência relativamente ao preço de aquisição de água em alta e do tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia desde o

ano de 2011. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo ("ALVT") (que resulta da agregação de várias entidades e que conduziu à extinção da anteriormente denominada Águas de Zêzere e Coa), fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo supra referido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela ALVT, a Aquafundalia deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.

A faturação da ALVT ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a ALVT e a autarquia supra referida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a ALVT. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter de ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela ALVT. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a ALVT, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.

Com a publicação do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, desde de julho de 2015 que a Empresa passou a registar estes gastos de acordo com os preços constantes do Decreto – Lei. Assim, desde julho de 2015 a Empresa encontra-se a registar o diferencial para os preços praticados pelo Município na rubrica de "Provisões" (Nota 6).

Em 8 de agosto de 2018 foi alcançado um acordo entre a Aquafundalia e o Município do Fundão, referente à diferença de preços de compra de água, para o período de julho de 2015 a dezembro de 2017, e atualizações tarifárias de 2013 a 2017.

Decorrente desse acordo, o valor da provisão relativa aquele período, constante das contas a 31 de dezembro de 2017, pelo montante de 273.628,17 Euros, foi totalmente utilizado e foi reconhecido um ganho relativamente às atualizações tarifárias dos anos de 2013 a 2017, no montante de 204.132,21 Euros. O valor da provisão em aberto a 31 de dezembro de 2020 no montante de 552.618,43 Euros é referente ao período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020, o qual aguarda novo acordo.

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56º do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, dos períodos não abrangidos pelo acordo referido no parágrafo anterior. Sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho da situação relativamente ao período entre 2011 e julho de 2015, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que o compensaria.

Existe ainda uma diferença entre o volume de água faturado pela ALVT ao Município e aquele efetivamente pago e consumido pela Aquafundalia. Esta diferença deve-se à existência de uma rutura no reservatório da zona de abastecimento das Donas, cuja propriedade é da ALVT. As leituras fornecidas pelo proprietário do mesmo são realizadas num contador à entrada e as leituras tomadas pela Aquafundalia são realizadas na saída do reservatório, o que explica a diferença verificada. As perdas de água ocorridas

neste reservatório são da responsabilidade da empresa de água em alta, pelo que a Aquafundalia transmitiu ao responsável da gestão a sua discordância com as leituras fornecidas, sendo nossa convicção que desta divergência não resultará nenhum responsabilidade futura para a Aquafundalia.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha um saldo de Caixa e equivalentes no montante de 606.281,54 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 684.226,12 Euros. A empresa em 2020 já não apresenta dívida financeira a instituições financeiras de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente em 642.703,51 Euros, sendo que naquele passivo se incluam 146.180,62 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aquafundalia elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da Empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações e que o Grupo irá manter o suporte financeiro que se revelar necessário à Empresa. Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a Empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de renting com a Leaseplan. Em 2018 celebrámos seis contratos, sendo três deles pelo período de 36 meses e ou outros três pelo período de 12 meses, sendo que estes três foram entretanto terminados. Em 2019 foram celebrados três novos contratos por um período de 36 meses. Em 2020 foram renovados dois contratos pelo período de 6 meses.

Durante os períodos remanescentes dos contratos, prevê-se que venham a ser pagos mais 34.986,11 Euros.

Ano	Ano 2020	Ano 2019
2020	0,00 €	33 952,22 €
2021	29 171,06 €	34 046,96 €
2022	5 815,05 €	12 641,04 €
TOTAL	34 986,11 €	80 640,22 €

27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demostrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector "não-doméstico" (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo "doméstico" (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquafundalia é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demostrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demostrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram

atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.

- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demostrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

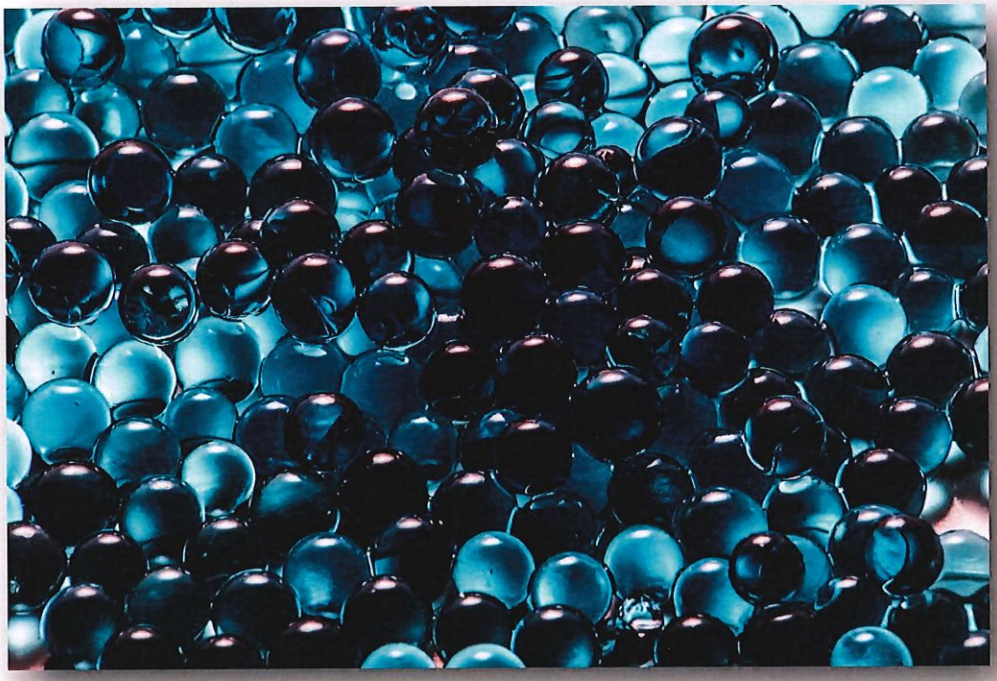
Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

NIF 235776157
Membro Nº 89865

Tiago Manuel Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6.757.268 Euros e um total de capital próprio de 4.348.183 Euros, incluindo um resultado líquido de 104.825 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido em maior detalhe na Nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020 a Entidade mantém uma provisão de 552.618 Euros (347.677 Euros em 31 de dezembro de 2019) relativamente a divergências entre os preços da aquisição de água estipulados no Decreto-Lei nº 94/2015 de 9 de maio, e os preços efetivamente faturados pelo Município do Fundão ("Município") para os anos de 2018 a 2020. Adicionalmente, para o período compreendido entre maio de 2011 e junho de 2015 (período não abrangido pelo Decreto-Lei supra referido) existe um diferendo entre o Município e as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, empresa fornecedora de água, respeitante ao preço da compra da água. Caso o desfecho deste diferendo seja desfavorável ao Município, a Entidade poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial de preços praticados, sendo esta situação incerta a esta data. Contudo, nos termos da Cláusula 56ª do Contrato de Concessão, a Entidade pode requerer o reequilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo da compra da água e rejeição de águas residuais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Entidade que uma eventual responsabilidade adicional relativamente ao período compreendido entre maio de 2011 e junho de 2015 daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2021. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

bsi. ISO/IEC 27001 Information Security Management

IS 668746

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordocom as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentaresaplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ouaerro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamosos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão degestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentaçãoapropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante aauditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2021

Nuno Bettencourt

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que não inclui reservas e inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração os assuntos descritos na secção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de abril de 2021

Nuno Bettencourt

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2021. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

bsi. ISO/IEC 27001 Information Security Management

IS 668746